lismo, em vigor, segundo a tabela n.º 1 da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho, e à média das remunerações acessórias mensais recebidas, de \$337,50, acrescida de 5 diuturnidades na importância de \$500,00, ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º da mesma lei e observado o limite de vencimento-único da mesma tabela n.º 1 correspondente à categoria do funcionário, nos termos do n.º 2 do artigo 89.º, da citada Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho.

Da referida pensão será deduzida a quantia de \$535,00, amortizável em 24 prestações mensais, sendo a 1.ª de Pts: \$24,40 e as restantes de \$22,20.

O encargo desta pensão pertence a este Território.

(É devido o emolumento de \$24,00).

Declarações

Para os devidos efeitos se declara que a Junta de Saúde, em sua sessão ordinária de 15 de Julho de 1982, emitiu os seguintes pareceres, homologados em 16 do mesmo mês e ano, respeitantes ao seguinte pessoal destes Serviços:

Felisberta Maria Isabel de Siqueira, terceiro-oficial:

«Necessita de quarenta dias de licença de Junta de Saúde para tratamento e repouso».

Tang Fu Lin, enfermeira de 1.ª classe do quadro de enfermagem, ramo de enfermagem geral:

«Necessita de quinze dias de licença de Junta de Saúde para continuação do tratamento e repouso».

— Para os devidos efeitos se declara que o signatário reasumiu em 29 de Junho findo, a direcção destes Serviços, finda a missão de serviço oficial, em Colombo, deixando por esse motivo de exercer, por substituição, a partir da mesma data, as funções de director dos Serviços, o chefe da Repartição dos Serviços Técnicos e Hospitalares, Dr. Custódio Monteiro Pais Rodrigues.

Direcção dos Serviços de Saúde, em Macau, aos 24 de Julho de 1982. — O Director dos Serviços, *José da Paz Brandão Rodrigues dos Santos*, médico.

SERVIÇOS DE ESTATÍSTICA

Extracto de despacho

Por despacho de 30 de Junho de 1982, visado pelo Tribunal Administrativo em 17 de Julho do mesmo ano: Ao chefe dos Serviços, Alberto Madeira Noronha, e ao auxiliar técnico de 2.ª classe, Clarice Lúcia da Rocha, respectivamente, instrutor e escrivão de um processo de inquérito instaurado por factos verificados nos Serviços de Economia — fixada, nos termos do artigo 167.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, conjugado com o artigo 4.º do Decreto n.º 40 709, de 31 de Julho de 1956, a gratificação diária de \$16,00 e \$10,00, respectivamente, no montante total de \$528,00 e \$330,00, respeitante ao período de 33 dias que demorou a elaboração do referido processo.

Repartição dos Serviços de Estatística, em Macau, aos 24 de Julho de 1982. — O Chefe dos Serviços, *Alberto Madeira Noronha*.

SERVIÇOS DE FINANÇAS

Despacho n.º 71/82

As despesas públicas de natureza variável autorizadas pelo Orçamento Geral do Território (OGT), como são as despesas de representação, subordinam-se a princípios estabelecidos na lei que, visando o seu ordenamento, devem ser rigorosamente observados;

Sendo conveniente definir normas de tramitação processual que facilitem o normal processamento deste tipo de encargos;

No uso da competência atribuída pelo artigo 15.º, n.º 1, alínea b), do Estatuto Orgânico de Macau, o Governador de Macau manda:

1. As propostas relativas a despesas de representação serão previamente elaboradas pelas entidades a que alude o artigo 62.º, n.º 2, da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho, devendo ser devidamente fundamentadas, nelas se indicando também o montante provável e a verba orçamental que suportará o encargo.

2. As entidades referidas no n.º 1, submeterão as propostas aos Secretários-Adjuntos de que dependem, ou ao Comandante das Forças de Segurança, a fim de recolherem a sua concordância para, posteriormente, serem por estes submetidas a despacho do Governador.

3. Proferido o despacho de autorização, os Serviços interessados remeterão fotocópia do expediente à Direcção dos Serviços de Finanças, a fim de a habilitar a processar a liquidação, face aos documentos comprovativos da despesa realizada.

4. Situações de natureza excepcional e de urgência manifesta, como tal reconhecidas pelos Secretários-Adjuntos ou pelo Comandante das Forças de Segurança, que impossibilitem o normal cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2, serão objecto de proposta fundamentada a submeter «a posteriori» à consideração do Governador para sancionamento, e posterior acção conforme previsto no n.º 3.

5. No caso de despesas desta natureza realizadas pelos Secretários-Adjuntos e Comandante das Forças de Segurança, os documentos justificativos deverão ser remetidos à Repartição do Gabinete para processamento e liquidação.

6. As despesas de representação, no âmbito dos fundos e organismos autónomos deverão ser igualmente processadas de acordo com o indicado em 1, sendo as propostas apresentadas aos Secretários-Adjuntos de que dependem, para aprovação.

Cumpra-se.

Residência do Governo, em Macau, aos 29 de Junho de 1982. — O Governador, *Vasco de Almeida e Costa*.

Extractos de despachos

Por despachos de 31 de Maio de 1982, visados pelo Tribunal Administrativo em 15 de Junho de 1982: Amaro Leopoldo Valentin Nogueira, agente de inspecção da Repartição dos Serviços de Economia, aposentado — revista a pensão de aposentação, fixada por despacho de 8 de Junho de 1967, visado pelo Tribunal Administrativo em 17 de Junho de 1967 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 26/67, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 43.º da Lei n.º 7/81/M, de 7 de Julho, passando a pensão única a ser de \$18 096,00 anuais, correspondente à letra «Q» e relativa a 29 anos de serviço prestado ao Estado.

O encargo desta pensão pertence a este território.